



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JEQUERI-MG E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A PARAMETRIZAÇÃO FISCAL DOS RECEBIMENTOS DOS VALORES PAGOS A MAIOR SOBRE GFIP/DCTF-WEB, BEM COMO AS VERBAS IDENIZATÓRIAS QUE ENVOLVE O LEVANTAMENTO DO RECOLHIMENTO DO INSS/RAT-FAP E APURAÇÕES DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TÍTULO DO PASEP/IR E RESTITUIÇÃO DO IRRF PARA O MUNICÍPIO DE JEQUERI-MG.

## CONTRATO Nº. 52/2025

**MUNICÍPIO DE JEQUERI**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.316.166/0001-87, com sede à Av. Getúlio Vargas, 71, Centro, Jequeri, Minas Gerais, representado neste ato, conforme determina a Lei Orgânica Municipal pelo **Prefeito Municipal, LUIZ ANTÔNIO RESENDE SOARES**, e a empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTARIA LTDA**, CNPJ sob o nº 01.995.108/0001-24, logradouro a Avenida Portugal, nº 1148, Quadra 29, Lote 1E, Sala B3404, bairro Set Marista, Goiânia/GO, CEP:74.150-030, neste ato representado pela **Sra. Djully Steffanny Ferreira**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 022.367.971-25, doravante denominada **CONTRATADO**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as condições seguintes:

### FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2025– INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2025, autorizada em 05/06/2025, de acordo com o artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21 em sua redação vigente, homologada pelo Senhor Prefeito Municipal em 16/06/2025, que faz parte integrante do presente instrumento contratual.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação dos serviços para a reparametrização fiscal dos recebimento dos valores pagos a maiores sobre as GFIP/DCTF-WEB, envolvendo levantamento dos recolhimentos do INSS, por meio de análise e perícias dos documentos pertinentes ao regime celetista sobre as verbas idenizatórias da Previdência Social (INSS).
- 1.2. Reparametrização e adequação das alíquotas do RAT/FAP, levantamento e apuração/compensação dos créditos individualizados do FGTS dos servidores inativos.
- 1.3. Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo, tendo como embasamento legal a Solução de Consulta própria da Coordenação Geral de Tributação n. 278/2017 da SRF, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do PERD/COMP, nos termos da IN/SRF 1717/17, Monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição Compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos anteriores e quanto à competência atual, de forma individualizada.
- 1.4. Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título **IRRF** Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), Decisão STF Repercussão Geral – Tema 1.1130 Instrução Normativa RFB Nº2.145/2023, com parecer Nº 5744/2022 – PGFN e pela sua regulamentação



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023.

Parágrafo único: Vincula - se ao presente contrato, como se nele estivesse transcrito, a integralidade da proposta do contratado e termo de referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

- 2.1.A PREFEITURA, ao avaliar documentos e procedimentos internos relativos aos recolhimentos de tributos e contribuições previdenciárias e sociais, verificou que há indícios de que foram realizados recolhimentos em percentual provavelmente maior do que o devido, tanto no que envolve a sua folha de pagamento, além da inconsistência dos valores devidos ao Município pelo Estado e pela União.
- 2.2.Assim, tendo como norte o princípio da eficiência, além dos demais princípios constitucionais que regem a Administração Pública, bem como a atual e urgente necessidade da PREFEITURA, imperioso e imprescindível diagnosticar deficiências visando ao aumento da efetividade contributiva, de acordo com a legislação aplicável à matéria, o que permitirá não só aperfeiçoar os procedimentos como reaver quantias que por direito são do Município (e, portanto, devem ser ressarcidas).
- 2.3.É provável que haja, periodicamente, divergências na GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) e na GPS (Guia de Previdência Social), o que torna razoável e essencial que se faça um estudo aprofundado, específico e técnico dos elementos constantes nas guias mencionadas, bem como nos demais documentos que possam resultar na verificação e constatação de que houve recolhimentos indevidos (a maior) por parte do Município.
- 2.4.Saliente-se que o objeto proposto e a expertise buscada pela PREFEITURA é contratação direta, amparada no art. 74, inciso III alínea “c” da Lei n°. 14.133/93.
- 2.5.Na presente contratação não se admitirá terceirização ou subcontratação, primeiro porque não se trata de simples contratação de mão-de-obra, mas sim de trabalho técnico-profissional especializado na recuperação de créditos tributários e previdenciários. Segundo porque a PREFEITURA não possui estrutura de pessoal capacitado – e em número suficiente – para realização das atividades decorrentes dos serviços pretendidos, sendo certo que a Receita Federal tem à sua disposição, ainda, o prazo de 5 (cinco) anos para questionar e tentar reaver eventual crédito objeto de compensação, que se realizado de forma equivocada poderá ocasionar prejuízo à Administração Pública Municipal.
- 2.6.Serviço de Reparametrização Fiscal dos recebimentos dos valores pagos a maiores junto as obrigações tributárias correntes do município de JEQUERI-MG;
- 2.7.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA: Justifica-se a contratação, primeiro por ser uma ação que depende de êxito, por parte da empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTARIA.**, inscrita no **CNPJ 01.995.108/0001-24**, e segundo, o município de JEQUERI-MG, só realizará pagamentos a contratada, se houver êxito.
- 2.8. Comprovou possuir larga experiência na prática do mesmo objeto para outros municípios, bem como possui indicação de tê-lo executado com altos padrões de qualidade, adequação e eficiência, conforme atestados de capacidade técnica nos autos.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

O presente Termo de Referência tem por objetivo disciplinar os serviços descritos nos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 consistindo, sumariamente, em:

- 3.1 Verificação dos valores recolhidos pela PREFEITURA nas últimas 65 (sessenta e cinco) competências (incluindo as folhas específicas para o décimo-terceiro salário). Efetuando a análise da documentação completa do período para cada estabelecimento (CNPJ), visando identificar incorreções e recolhimentos a maior;
- 3.2 Verificação da possível redução tributária referente a contribuição denominada RAT (riscos Ambientais do Trabalho); para revisão e avaliação de possível redução tributária, objetivando a readequação da Alíquota praticada pelo município, de acordo com a atividade preponderante exercida e, conseqüentemente, a restituição do que já foi recolhido indevidamente nos **últimos 60 (sessenta) Meses**.
- 3.3 Quanto aos créditos previdenciários Rat/Fat: A apuração das verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria e que não incida contribuição previdenciária, nos **termos do §1º do art. 4º da lei federal 10.887/04 e recurso extraordinário 593068 do STF**, bem como adequação e recuperação previdenciária das contribuições a título de RAT – Risco de Acidente de Trabalho inserido incorretamente pelo Município sem ter sido observado o correto enquadramento, mês a mês, com individualização dos valores apurados, listando servidores sobre os quais suas verbas incidiram a contribuição previdenciária indevida, promovendo a constituição do banco de dados declarado pelo município a SRF no decorrer dos últimos 60 (sessenta) meses realizando a retificação das GFIP'S anteriormente transmitidas, excluindo-se as verbas sobre as quais não se incidem contribuição previdenciária, formalizando a declaração de compensação/restituição, por meio do **PERD/COMP**, nos termos da **IN/SRF1717/17**.
- 3.4 Apuração dos valores recolhidos indevidamente a título de PASEP, pela inclusão de receitas que não compõem a base de cálculo, tendo como embasamento legal a Solução de Consulta própria da Coordenação Geral de Tributação **n. 278/2017 da SRF**, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do **PERD/COMP**, nos termos da **IN/SRF 1717/17**, Monitoramento do recolhimento mensal da Contribuição Compulsória ao PASEP com a inclusão da dedução do crédito apurado por competência e por final a Geração de Relatório Analítico Mensal demonstrando o valor apurado, a dedução realizada quanto aos períodos anteriores e quanto à competência atual, de forma individualizada.
- 3.5 Apuração e Repatriação dos valores recolhidos indevidamente a título **IRRF** Restituição do (Imposto de Renda Retido na Fonte), pela sua regulamentação onde foi determinada pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil e Lei Complementar Federal 2145/2023, com Atualização do crédito apurado, Formalização da declaração de compensação, por meio do **PERD/COMP**, nos termos da **IN/SRF 1717/17**.
- 3.6 A aquisição consubstanciada no presente contrato foi objeto de **Inexigibilidade de licitação**, nos termos do **art. 74, inciso III alínea “c” da Lei nº. 14.133/93**, conforme estipulações constantes, conforme processo administrativo em tela, o qual encarta todos os elementos e documentos comprobatórios, aos quais se vincula este contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – PRODUTOS

Durante a realização dos trabalhos serão apresentados ao Contratante os seguintes documentos:

- 4.1 Plano de Trabalho, normas e procedimentos que serão observadas pela CONTRATADA durante a execução dos serviços licitados neste edital.
- 4.2 Relatório de posicionamento contendo as situações identificadas e os critérios exigidos para o seu enquadramento no objeto deste contrato.



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

- 4.3 Relatório Final Consolidado contando, o resumo das ações desempenhadas e suas consequências, inclusive as financeiras; e o detalhamento de situações especiais detectadas na realização do objeto deste contrato.
- 4.4 Relatório de Continuidade, apontando as ações que devem ser implementadas pela CONTRATANTE após o término do contrato, bem como a relação de possíveis novos que se enquadram no objeto da contratação.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

- 5.1 Comprovação da capacidade TECNICO-OPERACIONAL da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de atestados ou certidões fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "CONTRATADA".
- 5.2 A Proponente apresentou em sua proposta, a equipe técnica comprovando a qualificação técnica de consultor para a realização dos trabalhos, composta pelos seguintes profissionais:
- a) 01 (um) Contabilista (c do art. 25 do Decreto-Lei Nº 9.295, de 27 de maio de 1946/Resolução CFC Nº 560/83).
  - b) 01 (um) Advogado inscrito regularmente nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

- 6.1 Os serviços serão executados de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal, devendo acontecer após a autorização/assinatura do município, onde devem constar os serviços a serem executados.
- 6.2 A autorização de prestação de serviços somente pode ser assinada pelo Secretário Municipal de Finanças, caso seja necessário.
- 6.3 Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços correrão inteira e exclusivamente por conta da futura **CONTRATADA**, exceto quando a prestação laboral for executada na sede do município.
- 6.4 Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços do objeto, encargos sociais originários da execução do presente contrato, incluindo impostos, taxas, obrigações relativas à Legislação Trabalhista correrão inteira e exclusivamente por conta da futura **CONTRATADA**.
- 6.5 A **CONTRATADA** atuará na preservação do interesse da CONTRATANTE apoiando os trabalhos da administração municipal, sem prejuízo do atendimento das demandas a ela confiadas pela Administração superior, e sem caráter de exclusividade;
- 6.6 Poderá a contratada, com anuência da contratante, subcontratar parte dos serviços a profissional ou empresa com comprovada capacidade técnica sobre o assunto, limitada ao máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- 6.7 Os serviços serão realizados sem exclusividade, mediante a centralização da gestão do contrato a Secretaria Municipal de Finanças, cabendo a esta e ao Controle Interno da Prefeitura Municipal, segundo critérios de oportunidade e conveniência, de conformidade com a sua estratégia de atuação, decidirem sobre os serviços específicos e complementares que serão requisitados a contratada.
- 6.8 Caberá ao Fiscal do Contrato, acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada.
- 6.9 Caberá ao fiscal designado rejeitar no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

com as exigências e especificações deste contrato.

## CLÁUSULA SETIMA – DO VALOR

ESTIMATIVA DE REPARAMETRIZAÇÃO/REPATRIAÇÃO FISCAL TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA SOBRE CREDITOS PREVIDENCIÁRIOS E DEMAIS SERVIÇOS SERÁ O PERCENTUAL DE HONORÁRIOS ABAIXO:

7.1 Reparametrização/Repatriação fiscal/financeira sobre a previdencia em regime geral (INSS) e demais srviços sendo Qualquer valor Apurado E, OU, Recuperado/Compensado a MENOR ou a MAIOR, indicará a remuneração pela prestação do serviço - o crédito efetivamente recuperado/compensado via PERDCOMP o será aplicado o percentual de 20% (vinte por cento) .

7.2 Contribuições Previdenciária Geral: consubstanciada na média anual dos recolhimentos de contribuição previdenciária dos últimos 5 (cinco) anos, e considerando que o Município contribui mensalmente para o INSS a uma alíquota de 20% (vinte por cento) (contratados e comissionados), estipula-se uma margem de recolhimento a maior de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total da Folha de de **R\$ 1.045.838,85 (um oitocentos e trinta e oito**

Fórmula:  $VT \times 20\% = RM$

VT = Valor total recuperado

RM = Remuneração

Mensal

Pagamento, tendo um valor estimado **milhão quarenta e cinco mil reais e oitenta e cinco centavos**);

7.3 O serviço tem por recuperação tributária finalidade de adequação e especificamente a contribuição de Risco Ambiental no Trabalho – **RAT**. Conforme disposto no artigo 202 do Decreto nº 6.042 de 12/02/2017 e Instrução normativa 1.080/10 art 72, parágrafo 1º , inciso I,”C”, e “D” o enquadramento dar-se-á pela atividade econômica preponderante e não forma generalizada ,como é o caso do município que embora exerça atividade de administração pública, tem como preponderância, outras atividades consideradas na classificação risco leve, ou seja, podendo aplicar-se a alíquota de 1% (um por cento) ao RAT (risco Ambiental no Trabalho), valor estimado de **R\$ 522.919,42 (quinhentos e vinte e dois mil novecentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos)**;

7.4 Estimativa sobre á Recuperação/Compensado via PerdComp dos créditos tributários e previdenciários FGTS de servidores inativos e recuperação de crédito do **PASEP/IRRF** valor estimado de **R\$ 4.053.392,23 (quatro milhões cinquenta e três mil trezentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos)**;

7.5 VALOR TOTAL ESTIMADO À RECUPERAR: Somando-se as estimativas apontadas nos subitens 7.2, 7.3 e 7.4, estima-se uma recuperação total de **R\$ 5.622.150,50 (cinco milhões seiscentos e vinte e dois mil cento e cinquenta reais e cinquenta centavos)**;

7.6 VALOR DOS HONORÁRIOS: Assim, como o percentual máximo dos honorários contratuais, a incidir sobre o valor total compensado e/ou recuperado da CLÁUSULA TERCEIRA, “DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO”, será de acordo com a fórmula abaixo discriminada onde os serviços serão remunerados de acordo com os recursos efetivamente ingressados nos cofres da Prefeitura do Município, ou por ele economizados/compensados, denominados BENEFÍCIOS, atribuindo-se o **valor de R\$ 20,00 (vinte) reais para cada R\$ 100 (cem) reais recuperados**.

7.7 A Remuneração Mensal - RM, devida pelo CONTRATANTE, já que o município não terá despesas diretas dos cofres públicos, somente pagará a contratada, caso receba algum provento mediante o êxito da contratada, a contratante pagará a contratada o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor recuperado.

7.8 Os valores referentes aos itens 7.2, 7.3,7.4 está sujeitos a alterações devido a prescrições ou ausência





# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

de documentações solicitadas.

- 7.9 A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.
- 7.10 Ao final dos trabalhos, em se apurando valor a ser recuperado superior ao disposto nos itens anteriores, a remuneração do futuro contratado será limitada ao valor máximo estimado de honorários, limitando-se a remuneração ao teto proposto.
- 7.11 Por outro lado, na hipótese de serem apurados valores passíveis de recuperação inferior ao estimado no **item 7.1**, incidirá o estabelecido no **item 7.6** para adequação da remuneração em relação ao montante efetivamente recuperado, funcionando o percentual como limitador em favor da Administração Pública Municipal.
- 7.12 O cálculo da remuneração do futuro contratado levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres da PREFEITURA ou o momento da concretização da economia. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária; o momento em que houver depósito na conta do Município, quando a recuperação envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o momento em que houver depósito na conta do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).
- 7.13 No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.
- 7.14 O valor a ser pago para a CONTRATADA será em cima do seu serviço prestado, e não da opção de compensação do CONTRATANTE.
- 7.15 O prazo para o pagamento pela Contratante e de 5 (cinco) dias úteis após a prestação da nota fiscal realizada pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Obriga-se a CONTRATADA a:

- 8.1 Iniciar as atividades no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do início de vigência do contrato;
- 8.2 Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 8.3 Obriga-se ao CONTRATADO a presteza na execução dos serviços solicitados na defesa dos interesses deste MUNICÍPIO sendo;
- a) Elaboração das planilhas e cálculos de acordo com as legislações vigentes e licitáveis;
  - b) Ingressar com a medida judicial cabível e acompanhar em todas as instâncias.
- 8.4 Para prestação dos serviços, a contratada deverá efetuar todas as intimações e ou documentos necessários a serem enviados aos órgãos competentes a cada serviço, além dos procedimentos de auditoria contábil fiscal pertinente ao serviço pactuado.
- 8.5 Após o recebimento da receita ou do bem dado em garantia dar entrada no caixa ou nos bens patrimoniais do município, a proponente deverá apresentar relatório descrevendo os serviços



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

efetuados, e acostando as provas justificar e efetivar a execução do serviço CONTRATADO.

- 8.6 Executar os serviços conforme especificações neste contrato para o perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- 8.7 Executar o serviço através de pessoas idôneas com formação específica nas áreas de atuação, inclusive formação e experiência no campo de atuação;
- 8.8 Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, vigentes durante a execução do fornecimento e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive, com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato e de sua execução, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 8.9 Responder pelas despesas de salários e vantagens e ainda as decorrentes de acidentes de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço;
- 8.10 Manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesse contrato;
- 8.11 Atender quando da execução dos serviços contratados todas as leis, posturas e regulamentos. Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com o trabalho a ser executado;
- 8.12 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, quando caracterizado a má-fé, o dolo, a negligência ou a imperícia profissional de seus funcionários, durante o fornecimento;
- 8.13 Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais, FGTS, PIS, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas ou judiciais;
- 8.14 Manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesse contrato;
- 8.15 Atender quando da execução dos serviços contratados todas as leis, posturas e regulamentos. Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com o trabalho a ser executado;
- 8.16 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, quando caracterizado a má-fé, o dolo, a negligência ou a imperícia profissional de seus funcionários, durante o fornecimento;
- 8.17 Não divulgar, informar, revelar e fornecer a terceiros, sob qualquer pretexto, as informações e dados adquiridos na execução do serviço, sob pena de ressarcir a CONTRATANTE por perdas e danos, e física dos trabalhos, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;
- 8.18 Observar a Lei Geral de Proteção de Dados.
- 8.19 Além das ditas anteriormente, a CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:
  - a) Disponibilizar ao gestor público um relatório com o montante de crédito a ser requerido, indicando os valores das parcelas indenizatórias respectivas;



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

- b) Instruir e acompanhar o processo administrativo até o seu desfecho, inclusive com oposição de recurso administrativo judicial caso necessário;
- c) Elaboração de planilhas demonstrativas e cálculos dos valores encontrados em desconformidade, constando diferença a restituir.
- d) Assessoria e orientação aos servidores municipais para adoção de estratégias jurídico administrativas com a finalidade de redução e/ou eliminação desses erros de agora em diante.
- e) A auditoria contábil será realizada pela equipe técnica da contratada e se dará com a utilização de metodologia, técnicos e sistema de informação próprios para esse fim.
- f) O montante do valor a restituir apurado será recuperado através de processo administrativo municipal de cobrança e, eventualmente, ações judiciais de execução.
- g) O processo administrativo de cobrança será instaurado pelo servidor municipal responsável pela fiscalização deste contrato, no entanto, a contratada disponibilizará roteiro administrativo com todos os atos necessários à efetiva recuperação dos valores apurados;
- h) A contratada fornecerá suporte técnico e operacional durante todo o processo administrativo de cobrança, destacando-se principalmente a disponibilização de modelos de petição a serem utilizadas para notificações dos contribuintes, termos de início de ação fiscal (TIAF) ou quaisquer outros modelos necessários;
- i) A contratada analisará eventuais impugnações e ou recursos administrativos opostos pelos contribuintes notificados em cobrança, e disponibilizará parecer jurídico fundamentado em legislação, doutrina e jurisprudência atualizadas sobre o tema proposto;
- j) A contratada manterá comunicação direta com servidor municipal responsável pela cobrança, manifestando-se por meio de sistema de informação, e-mail, telefone ou quaisquer outros canais de comunicação, sempre que demandado sobre temas referentes ao objeto desse contrato;
- k) Realizar serviços propostos, dentro do prazo previsto e entregar ao contratante cópia de relatório contendo a descrição dos serviços executados;

8.21. Do cronograma a ser seguido:

CRONOGRAMA	
ETAPAS	EVOLUÇÃO
Solicitação dos documentos	10%
Análise dos CNPJ (s) vinculados ao Município.	30%
Perícia dos documentos entregues.	40%
Auditoria e Levantamento dos Créditos.	80%
Apresentação dos Créditos.	90%
Solicitação da Autorização da Compensação.	95%
Compensação e demais comprovantes.	100%

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obriga-se ao CONTRATANTE a:

9.1 Caberá à contratada atuar conjunta e acessoriamente na defesa da PREFEITURA em qualquer procedimento ou indagação futura, judicial ou administrativa, instaurada pela Receita Federal do Brasil com relação exclusivamente ao trabalho executado pela Contratada, que ocorra dentro do prazo prescricional do crédito tributário respectivo, equivalente a 5 (cinco) anos após a última competência incorrida de procedimento compensatório, nos termos da lei.

9.2 Além da obrigação prevista no item 9.1, obriga-se a Contratante a:

- a) Disponibilizar todas as informações e documentos necessários a realização do trabalho;
- b) Prover os meios e condições de livre acesso do CONTRATADO aos diversos órgãos e setores das diversas secretarias municipais, especialmente a Secretaria de Administração e Finanças;
- c) Notificar a CONTRATANTE qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no instrumento contratual;





## Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

- e) Fiscalizar a realização dos serviços, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato, sendo que o não atendimento sujeitará a CONTRATADA as penalidades e/ou generalidades prevista neste CONTRATO;
- f) Todos os eventuais custos com passagens, hospedagens, condução, deslocamento, alimentação realizados pelo CONTRATADO correrão por sua inteira responsabilidade, inclusive gastos do trabalho do seu escritório sede na realização dos serviços oferecidos à contratante;
- g) A contratação dos serviços não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
- h) Fica o CONTRATANTE obrigado a aceitar os acréscimos e supressões dos serviços limitados a 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato;
- i) Compete a CONTRATANTE disponibilizar todas as informações e documentos necessários a realização do trabalho;
- j) Acompanhar os serviços desenvolvidos, dando ciência às diligências e relatórios encaminhados e pareceres disponibilizados pela CONTRATADA;
- k) A constatar legalidade e regularidade dos atos, agir com celeridade e eficiência na realização das orientações da CONTRATANTE;
- l) Realizar todos os pagamentos remuneratórios nos prazos e condições estipulados nesse contrato.

9.3 A Parte **CONTRATANTE** se obriga-se a disponibilizar à Parte **CONTRATADA** o Certificado Digital válido e adequado à execução das atividades contratadas, sempre que necessário e solicitado, garantindo a sua transparência e integridade.

### **CLÁUSULA DECIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO:**

- 10.1 O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta - corrente indicado pelo contratado.
- 10.2 Para efeito de liquidação e pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar os seguintes documentos:
  - a) Nota Fiscal devidamente atestada pelo executor do contrato;
  - b) Certidão Negativa de Débitos Federais– CND/emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizado (Lei nº 8.212/90); Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 10.3 O pagamento deverá ser depositado na conta da Contratada na **Cooperativa Sicredi do Brasil, cooperativa n. 3950, Conta–Corrente n. 55773-0** ou em outra conta a ser informada.
- 10.4 No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.
- 10.5 É vedado o pagamento antecipado e Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

- 10.7 Se os serviços não forem executados na forma contratada, o pagamento ficará suspenso até o seu recebimento definitivo.
- 10.8 No caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, ou na pendência de qualquer obrigação financeira imposta a contratada, nenhum pagamento lhe será efetuado, reiniciando a contagem do prazo para pagamento a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 10.9 Também, nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.
- 10.10 A contratada tem obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento.

## **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DURAÇÃO DO CONTRATO.**

- 12.1 As despesas serão realizadas através da seguinte dotação orçamentária:

**Ficha: 95**

**Fonte: 1.500**

**Dotação: 02.01.02.04.122.04.01.22.74.3.3.90.39.95**

- 12.2 O prazo de duração do Contrato será de **12 (doze) meses**, podendo **ser prorrogado** mediante Termo Aditivo a critério do CONTRATANTE de acordo com o **artigo 106 e 107 da Lei 14.133/21**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:**

- 13.1 Fiscalização dos serviços executados por meio deste contrato de prestação de serviços será realizada por servidor nomeado.
- 13.2 Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através de seus servidores ou de pessoas previamente designadas, exercer a fiscalização de todas as fases de execução do presente contrato, sem prejuízo das ressalvas contidas nas disposições legais e normativas que regem a advocacia, sendo obrigação do CONTRATADO fiscalizar seus empregados, parceiros e prepostos.
- 13.3 O Fiscal do presente contrato será formalmente designado pelo CONTRATANTE, competindo-lhe o acompanhamento e fiscalização do contrato, respondendo pelas ações e omissões que vierem sujeitar a Administração Pública a prejuízos e danos, diretos e indiretos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

- 14.1 Em caso de não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou infringência dos preitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos arts. 162 e 104, IV da Lei 14.133/21 e suas alterações, as seguintes penalidades:



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

- a) Advertência, sempre que forem constadas irregularidades de pouca gravidade para as quais, a Contratada, tenha concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de JEQUERI-MG;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sempre que for observado atraso injustificado no desenvolvimento dos serviços ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas, podendo, ainda, ser rescindido o Contrato na forma da Lei, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos;
- c) Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de JEQUERI-MG, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de rescisão contratual, independentemente da aplicação das multas cabíveis;
- d) Declaração de inidoneidade, quando a Contrata dolosamente deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, devendo o referido ato ser publicado no Diário Oficial do Município de JEQUERI-MG;
- e) O MUNICÍPIO DE JEQUERI poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos: a) Por infração a qualquer de suas cláusulas; b) Pedido de recuperação judicial, falência ou dissolução da Contratada; Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso do Município; Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato.
- f) - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O futuro Contrato poderá ser rescindido, ainda, na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 104, IV da Lei Federal nº. 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTRATO.

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas:

- a) Lei da inexigibilidade art. 74, III, “c” da lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.
- b) Demais artigos da Lei nº 14.133/21.
- c) Lei complementar 123/06.
- d) Lei Complementar nº. 147/2014.
- e) Lei da Transparência Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.
- f) LC 131/19.
- g) Lei 12.527/11.
- h) Decreto 7.185/10.
- i) Lei anticorrupção nº12.846/2013.
- j) Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.
- k) Lei complementar 116/2003.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que o CONTRATADO tenha direito a qualquer indenização.

16.2 O presente contrato poderá ser rescindido pôr mútuo acordo, quando atendidas às conveniências dos fornecimentos e disponibilidade de recursos financeiros, tendo o **CONTRATADO** o direito a receber do **CONTRATANTE**, o valor dos honorários crédito efetivamente recuperado/compensado até aquela data.



# Prefeitura Municipal de Jequeri - MG

16.3 Ao Prefeito Municipal reserva-se o direito de no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que o **CONTRATADO** caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Este contrato será regido pela Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores,, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, sem prejuízo da legislação correlatadas, atinentes a contratos Administrativos.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1- As partes contratantes elegem a sede do **CONTRATANTE**, o Foro competente, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que originarem da execução do presente contrato.

18.2- E assim para todos os feitos legais assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias, pelas partes contratantes para um só efeito.

Jequeri-MG, 16 de Junho de 2025.

**LUIZ ANTONIO**

**RESENDE**

**SOARES:79507255672**

Assinado de forma digital

por LUIZ ANTONIO

RESENDE

SOARES:79507255672

**LUIZ ANTONIO RESENDE SOARES**

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

META TECNOLOGIA

TRIBUTARIA

LTDA:01995108000124

Assinado de forma digital por META

TECNOLOGIA TRIBUTARIA

LTDA:01995108000124

Dados: 2025.06.16 15:07:35 -03'00'

**META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA.**

CNPJ Nº 01.995.108/0001-24

**DJULLY STEFFANNY FERREIRA**

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: